

# Violência no protesto anti-Sarney

HELIVAL RIOS  
Enviado especial

A polícia reprimiu com violência, ontem, as reuniões preparatórias da manifestação de protesto contra o presidente da República em João Pessoa. Duas horas antes de José Sarney chegar à cidade foram detidos 30 militantes do movimento Pró-Diretas, entre eles o presidente da OAB da Paraíba, Antônio Vital do Rego, e o secretário do diretório regional do PC do B, José Rodrigues da Costa. O dirigente comunista foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por "desonra ao presidente da República".

Apesar de todo o aparato policial-militar, Sarney parecia tranquilo ao desembarcar, às 10h15, no aeroporto Castro Pinto, acompanhado de dona Marly e dos ministros Celso Furtado, da Cultura; Bayma Denys, do Gabinete Militar; e João Alves, do Interior. O presidente foi recebido pelos governadores Tarcísio Buriti, da Paraíba; Miguel Arraes, de Pernambuco; e Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte.

"Diante das tempestades na área política e econômica, mantenho com coragem simples aquela paciência com que tenho exercido a Presidência da República", disse Sarney, admitindo que o País passa por "momentos de ebulição e de transição". Os problemas ainda não estão equacionados e por isso o presidente aconselhou calma e união. "Este momento exige as virtudes da paciência e do equilíbrio, extremamente importantes para que tenhamos concluído a transição democrática." Disse ainda que nunca negociará seu mandato de cinco anos.

## APARATO

João Pessoa era ontem uma cidade sitiada. Cerca de três mil homens do Exército, da Aeronáutica e das Polícias Militar e Civil foram deslocados para os pontos estratégicos com um único objetivo: evitar manifestações de protesto contra Sarney. O Exército chegou a colocar vários caminhões de guerra, além de quatro blindados tipo Osório (dotados de canhão e de metralhadora pesada) e três blindados Urutu na área escolhida pelos integrantes do Pró-Diretas para a concentração — um trevo situado a dez quilômetros da estrada que liga o aeroporto à cidade, com saída para Recife, Natal e Fortaleza, no município de Bayeux.

Os soldados estavam vestidos com uniformes de campanha, fuzis automáticos ou metralhadoras. Os automóveis que se dirigiam ao aeroporto eram cuidadosamente revistados e seus passageiros identificados. Apenas jornalistas, funcionários do governo ou do aeroporto,

após a revista, podiam transpor a barreira.

Os vôos programados para horários próximos ao do desembarque do presidente na capital paraibana foram atrasados. O mesmo aconteceu com os aviões que chegavam a João Pessoa, que tiveram de dar voltas sobre a cidade antes que tivessem autorização para aterrissar. Nas praias, policiais fortemente armados assustavam os banhistas, enquanto o mar era policiado por lanchas da Capitania dos Portos. Todo o trajeto entre o aeroporto até a barragem Mabuaba, visitada por Sarney, foi mantido praticamente sem nenhum civil por perto.

O presidente manteve contato com populares em apenas duas ocasiões. A primeira, ao ser abordado pelos moradores vizinhos à Fundação Casa José Américo, também por ele visitada. Cerca de 15 pessoas, a maioria donas de casa, conseguiram fazer com que Sarney quebrasse o protocolo para receber apertos de mão, dois beijos e três cartas. A segunda, ao entrar na granja do governador da Paraíba, com quem almoçou, quando foi vaiado por um grupo de pessoas mantidas à distância.

Repórteres de emissoras de rádio locais se diziam impedidos pelo Dentel de transmitir notícias sobre os incidentes registrados entre a polícia e os manifestantes. Perguntado sobre os motivos do forte aparato de segurança para receber o presidente Sarney, o governador da Paraíba disse que não era responsável por nada. E justificou que, toda vez que o presidente da República visita um estado, sua segurança passa a ser assunto federal e é comandada por oficiais do Exército.

O presidente permaneceu em João Pessoa até as 16h10. A convite do governador Tarcísio Buriti, ele visitou as obras da nova barragem, financiadas pelo governo federal, e a Fundação Casa José Américo, que comemora o centenário de nascimento do escritor e político paraibano, a quem Sarney sucedeu na Academia Brasileira de Letras. O presidente foi condecorado com um diploma da fundação e uma medalha de ouro, confeccionada pela Casa da Moeda.

Seu pronunciamento feito durante a visita ao complexo Gramame-Mabuaba foi presenciado apenas por autoridades, jornalistas e cerca de 200 peões da construtora responsável pelas obras. Apáticos, os trabalhadores, portando crachás da empresa, praticamente não aplaudiram os discursos de Sarney e Buriti. De João Pessoa, o presidente da República seguiu para Fernando de Noronha, onde permanecerá durante o fim de semana.



Polícia impede manifestação contra Sarney prendendo militantes do "pró-diretas"

## Clima de tensão em João Pessoa

"Moço, eu moro logo ali, naquele edifício."

"A senhora não pode passar; a área está interdita."

O diálogo reflete o clima de tensão que tomou conta ontem de João Pessoa. Todo o trajeto por onde deveria passar a comitiva presidencial foi transformado em uma verdadeira praça de guerra. E de nada adiantaram as explicações de pessoas que pretendiam apenas fazer compras. Fortemente armados, os policiais impediam a movimentação de quem quer que fosse.

Situação pior viveram os integrantes do Comitê Pró-Diretas-88. No dia anterior, segundo relato do advogado Antônio Vital do Rego, o governador Tarcísio Buriti telefonou para saber das manifestações programadas contra a presença do presidente Sarney na cidade. Recebeu a garantia de que o ato público seria pacífico e nada de anormal iria ocorrer. Mas, quando discursava para cerca de 150 pessoas, defendendo eleições diretas, o advogado foi preso e levado para a Polícia Federal. E de lá saiu com habeas corpus, mas com ordem de permanecer em sua casa até as 18 horas.

## OAB protesta contra prisão

AGÊNCIA ESTADO

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, enviou telex ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, protestando contra a prisão do presidente da seccional da entidade na Paraíba, Antônio Vital do Rego. Na mensagem, Thomaz Bastos diz que ficou indignado e responsabiliza o coronel Marden Costa, comandante da Polícia Militar da Paraíba, pela prisão do advogado.

Trata-se de "um violento atentado às liberdades públicas e uma agressão à OAB, pela posição de vanguarda que sempre assumiu em defesa da democracia", afirma a nota, que pede ao ministro Brossard providências energéticas para apurar o caso. Márcio Thomaz Bastos enviou outro telex a Antônio Vital do Rego. "Essa agressão não ficará impune. O policial, que violou os seus deveres e abusou de sua autoridade, não feriu apenas o cidadão e advogado; atingiu também toda nossa corporação que, naquele momento, você representava", diz a mensagem.

A OAB realizará uma sessão extraordinária na terça-feira, em Brasília, para desagravar o presidente da seccional da Paraíba. Pretende ainda estudar as providências que

adotará contra os responsáveis pelos incidentes ocorridos ontem, durante a visita do presidente Sarney a João Pessoa.

Depois de prestar depoimento na Polícia Federal, Vital do Rego disse que sua prisão representou um atentado à democracia. Segundo ele, até mesmo o governo militar respeitava a OAB, o que não está ocorrendo agora. "No passado, a sede da entidade chegou a ser ameaçada, mas por grupos terroristas de direita, nunca oficialmente pelas autoridades constituídas", ressaltou.

O episódio de ontem, de acordo com o advogado, pode ser o início de um retrocesso no processo de democratização. Isso porque a manifestação que estava sendo organizada seria pacífica. Ele negou que tenha sofrido violência física por parte dos policiais. "A agressão — observou — não foi contra mim, mas contra a Ordem dos Advogados."

Notas de protesto contra a atuação policial foram divulgadas pela Associação Paraibana de Imprensa, Sindicato dos Jornalistas e outras entidades que integram o Comitê Pró-Diretas 88. Todos reclamam da operação, "executada pessoalmente pelo comandante geral da PM, coronel Marden Costa".

# Com 5 anos vêm medidas impopulares

CARLOS CHAGAS

Caso conquiste os cinco anos de mandato, o presidente José Sarney pretende adotar imediatamente uma série de medidas na economia e na administração, segundo ele destinadas a recuperar o País para a realidade, corrigir distorções e promover um desenvolvimento ordenado. Serão medidas de início impopulares, ainda que não necessárias, sem o caráter de impacto nem de programas mirabolantes. Apenas iniciativas à vista de todos, a exigir sacrifícios dos diversos segmentos sociais, mas capazes de, em um ano ou pouco mais, restabelecer a normalidade e proporcionar meios para o crescimento. Poderão contrariar interesses variados, conduzir a protestos e fazer caírem ainda mais os índices de popularidade do governo. Para o presidente, porém, exprimirão o seu dever diante da História. Algo parecido com o desempenho do marechal Castello Branco, cujo governo só foi reconhecido anos mais tarde.

Essas informações, colhidas junto a ministros que mais de perto se têm empenhado pelos cinco anos de mandato, surgem no momento em que outra vez pode estar mudando o pêndulo das previsões constituintes. A redução do mandato pre-

sidencial para quatro anos deixou de ser uma certeza. Senão euforia, há otimismo no Palácio do Planalto com referência à fixação do período de Sarney em cinco anos. O governo pretende demonstrar que a luta não envolve a satisfação de interesses pessoais do presidente de ficar mais um ano no poder, ou sequer resumese ao objetivo de evitar o caos que seria a realização de eleições presidenciais logo depois de promulgada a nova Constituição, este ano. A idéia é transmitir à opinião pública que mais um ano significará para o governo a criação de condições para a superação das dificuldades e da confusão reinantes, que, no entender dos auxiliares presidenciais, foram causadas pela ebulição política. Resolvida a questão do mandato, abrir-se-ia espaço razoável para Sarney agir e acertar.

Importa notar, nessa espécie de tentativa de virar o jogo, que, enquanto não se decidir a questão do mandato, tudo permanece imobilizado, ou quase. Essa crítica é replicada pelos assessores palacianos de primeiro nível com a argumentação de que somente pelo afastamento das tensões políticas se formará clima propício à ação econômica e administrativa. Medidas tidas como heróicas só poderiam ser adotadas dentro de uma programação ou pra-

zo mínimo para produzir efeitos. Precisaríamos, em paralelo, do respaldo que só o tempo concede. Promovê-las dentro da perspectiva dos quatro anos equivaleria a vê-las contestadas e não cumpridas, em função da evidência de que, em poucos meses, outro governo assumiria, até disposto a revogá-las.

Fica claro que, do outro lado, os defensores dos quatro anos aproveitarão a divulgação dessas intenções governamentais para atingir objetivo oposto, ou seja, enfraquecer a tese dos cinco anos. Porque iniciativas destinadas a recuperar o País e a recolocá-lo num leito de normalidade jamais podem ficar na dependência da duração de mandatos. Tomam-se, simplesmente. Lembrem que o marechal Castello Branco, apesar de autor não muito citável, iniciou sua obra antes de ter seu mandato prorrogado por um ano. Apenas completaria o período iniciado por Jânio Quadros e continuado por João Goulart, mas desde o seu primeiro dia no poder enfrentou a impopularidade e adotou iniciativas de sacrifício. Alegar que para combater a crise e fazer cessar a espiral inflacionária é necessário premiar o presidente com mais um ano de mandato pode constituir-se em idéia perigosa. Quem garante que, mais tarde, e diante de impases

e malogros, não se reavive a hipótese de ser dado mais tempo ao atual governo? Acresce, como tem dito Ulysses Guimarães, que eleição jamais representou problema. É sempre solução.

Os adversários do governo imaginam outra razão, incrustada na blitz novamente desenvolvida pelos cinco anos: o governo não tem candidato, ou, melhor dizendo, os grupos que o governo representa encontram-se orfãos, se a sucessão ocorrer este ano. De Leonel Brizola a Ulysses Guimarães, de Luis Ignácio Lula da Silva até o general Andrada Serpa, e, mesmo, o ministro Aureliano Chaves ou o empresário Antônio Ermirio de Moraes, nenhum deles significaria continuidade. Uns mais, outros menos, todos cederiam facilmente à tentação de passar boa temporada malhando o passado e adotando atitudes contrárias às atuais. Assim, jogadas as eleições presidenciais para 1989, haveria, no mínimo, tempo para aguardar um milagre.

Supõe-se no Palácio do Planalto que a conquista dos cinco anos ensinará não apenas o elenco de medidas de sacrifício. Determinaria, também, uma espécie de reajuste no Ministério. Nada global, muito menos traumático, mas algo que recompusesse a equipe, afastando mi-

nistros mais de perto ligados ao deputado Ulysses Guimarães e outros, que notoriamente não têm acertado.

Que medidas, afinal, poderiam ser tomadas pelo presidente da República? Não há indicações formais, mas, apenas, suposições. Sarney não avançará uma palavra antes que a Assembléia Nacional Constituinte decida sobre o seu mandato. Seria desgastar-se antes do tempo. Mas não errará muito quem supuser o congelamento de salários, um eventual e transitório congelamento de preços, a extinção, para valer, de estatais deficitárias, de modo a reduzir de verdade o déficit público. Como, também, a dispensa de funcionários públicos, ou sua aposentadoria compulsória, com rendimentos proporcionais ao tempo de serviço. A imposição de juros negativos nas aplicações de curto prazo, interrompendo a festa do over. Mais cortes nos incentivos e redução de juros subsidiados. Aumento da carga fiscal direta e indireta, atingindo ganhos de capital e salários. Criação, afinal, das Zonas de Processamento de Exportações. Conversão mais acelerada da dívida externa em capital de risco; acomodação às diretrizes do Fundo Monetário Internacional e ação contra estoques especulativos e contra oligopólios.

# Presidente diz que não usurpa ninguém

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney acredita que não está usurpando o direito de ninguém ao defender cinco anos para seu mandato. Na verdade, considera que está abrindo mão de um direito, já que foi eleito com Tancredo Neves para seis anos de governo e decidiu abrir mão de um ano, segundo disse ontem em seu programa semanal, *Conversa ao Pé do Rádio*.

Sarney deixou para falar no assunto quase no final do programa. Começou lembrando que na próxima semana a Constituinte estará votando o sistema de governo e a duração do mandato do presidente. "Então que sua posição neste assunto tem sido ditada pelo interesse nacional, pelo desejo de realizar a transição democrática da maneira possível e concluir."

Sarney disse que tem sofrido muitas injustiças, pois abriu mão de um ano de mandato e esse não foi interpretado como se tivesse querendo mais um ano. "A interpretação, de acordo com o desejo de quem a dita, é ditada pelo desejo de concluir a opinião pública. Assim — quero reafirmar que este gesto não foi um gesto para resolver um problema pessoal, mas para o interesse do nosso País. Em seguida, afirmou que apenas cumprirá o seu dever, o Brasil".

Antes de entrar na parte política, o presidente falou sobre medidas duras, muitas vezes

amargas" que, segundo disse, é obrigado a tomar visando a enfrentar a inflação para que o País "volte o mais breve possível à sua normalidade econômica". Lembrou que o Banco do Brasil e o Banco Central têm novos presidentes, mas nada comentou sobre a saída de Camilo Calazans e Fernando Milliet. Disse apenas que determinou aos novos dirigentes das duas instituições que mantivessem a política do governo no sentido de combater o déficit público.

No programa de ontem, Sarney voltou a atacar o pessimismo e destacou que o desempenho está em baixa no Brasil, com uma taxa de 3,8%. Sobre a safra agrícola, acrescentou que para o País poder superar suas dificuldades é preciso acreditar nele. O presidente também falou sobre o acordo na área externa para o problema da dívida e ainda comunicou que Thales Ramalho tomará posse, depois de amanhã, em sua assessoria especial. "Trata-se de um antigo secretário, que foi do PMDB, ao lado de Ulysses Guimarães, e, depois, foi também do Partido Popular, ao lado de Tancredo Neves."

Era um homem de grandes ligações com o nosso saudoso Tancredo Neves", enfatizou o presidente da República, acrescentando: "É uma honra para o governo contar com a colaboração de Thales Ramalho, um político experiente, honrado, provado pela vida pública".

Ainda segundo Sarney, a negociação da dívida externa brasileira "se revestiu de grande êxito" e fez voltar a confiança dos investidores.

## "Eu não tenho nenhuma obsessão de poder"

Esta é a íntegra do Conversa ao Pé do Rádio: Brasileiras e brasileiros, bom dia.

Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma *Conversa ao Pé do Rádio*, nesta sexta-feira, dia 11 de março de 1988.

Como sempre o faço, devo ressaltar alguns fatos importantes desta semana.

O primeiro deles, é que temos novos presidentes no Banco do Brasil e no Banco Central. As instruções que receberam os novos dirigentes dessas instituições foram a da manutenção da política que estamos fazendo, no sentido de combater o déficit público onde ele se manifesta. Isso implica em medidas duras, medidas muitas vezes amargas, mas que somos obrigados a tomar, visando enfrentar a inflação em suas causas, de modo a que o nosso país volte, o mais breve possível, à sua normalidade econômica.

Já acordamos na área externa o problema da dívida. Essa negociação se revestiu de grande êxito. Foi muito bem recebida no mundo inteiro — o que mostra a confiança no Brasil e que fez voltar a confiança dos investidores.

Esta semana mesmo, eu recebi o presidente de uma grande fábrica de automóveis, dizendo que tinha decidido investir 250 milhões de dólares, imediatamente, em nosso país, em novos projetos. Recebi, também, o vice-ministro da França, que me trouxe uma mensagem especial do chefe do governo francês, o sr. Chirac, congratulando-se com o Brasil pela sua negociação externa e, ao mesmo tempo, reafirmando a confiança no nosso país, sobretudo a confiança dos investidores e o apoio da França para solução de nossos problemas na área internacional.

No setor interno, nós tivemos alguns números que mostram que o desempenho está em baixa, com um pequeno aumento dos empregos. E a taxa ainda se situa — que é uma das mais baixas do mundo — em torno de 3,8%. Estes fatos mostram o dinamismo da nossa economia, da sua estrutura poderosa, que é possível fazer com que, mesmo em meio

às crises, nós estejamos exportando com grandes saldos comerciais e, no setor interno, crescendo. E as notícias que nos chegam sobre a safra agrícola é de que iremos repetir os mesmos quantitativos de 87. Mas para que o País possa superar as suas dificuldades, nós precisamos de trabalho, de muito trabalho, de compreensão e, sobretudo, de acreditar no nosso país. Aqui, mais uma vez, cabe uma referência aos pessimistas. E a eles nós dizemos que temos problemas, mas temos mais esperanças e temos certeza de que venceremos.

Ontem, em solenidade no Palácio do Planalto, assinei o decreto criando o Pólo Cloroquímico de Sergipe. Isso vai mudar ainda mais a fisionomia do Estado. Vai inserir Sergipe entre os grandes estados que desenvolvem essa indústria tão necessária ao crescimento nacional. E eu não tenho dúvidas de que a história de Sergipe será marcada em seu progresso por um divisor: antes e depois do Pólo Cloroquímico.

Nessa solenidade, tivemos a presença do governador Valadares, de Sergipe, que está fazendo uma boa administração. E também a presença de muitos sergipanos, de toda a bancada de Sergipe, e todos felizes pela grande vitória do seu Estado. Não vamos esquecer que também ali nós estamos construindo o porto, aquela obra que era tão reclamada pelos sergipanos, obra que foi iniciada no meu governo, e que espero que também seja concluída dentro dos prazos. Sem esquecer, também, que é em Sergipe, na divisa com Alagoas, que nós estamos construindo obra também iniciada neste governo: a grande hidrelétrica de Xingó, que é a terceira do Brasil e que irá resolver o problema de energia do Nordeste brasileiro durante muito tempo.

Para terminar, quero dizer que, na próxima semana, a Constituinte estará votando o sistema de governo e a duração do mandato do presidente. Como tenho afirmado, a minha posição nesse assunto é uma posição ditada pelo interesse nacional, pelo desejo de

realizar a transição democrática da melhor maneira possível e de concluí-la. Tenho enfrentado muitas injustiças. Uma delas, é o fato de ter aberto mão de um ano de mandato e esse fato ser interpretado como se eu tivesse querendo mais um ano de mandato, quando, na realidade, eu fui eleito com Tancredo Neves para um mandato de seis anos, eu, assim, estarei abrindo mão de um direito e não usurpando o direito de ninguém. Essa interpretação é uma interpretação ditada pelo desejo de confundir a opinião pública. Assim, eu quero reafirmar, mais uma vez, que meu gesto não foi um gesto para resolver um problema pessoal, mas voltado para o interesse do nosso país. Todo o Brasil já teve tempo de me conhecer e de saber que eu não tenho nenhuma obsessão de poder. Quero apenas cumprir com o meu dever, ajudar o Brasil, principalmente os mais humildes. Daí a minha preocupação de tudo pelo social.

Quero também comunicar que eu convidei para ocupar a assessoria especial da Presidência da República o ex-ministro do Tribunal de Contas, ex-deputado, ex-líder do Partido Popular, Thales Ramalho.

Já nesta segunda-feira ele se empossa e começa a desenvolver as duas atividades. Trata-se de um antigo secretário, que foi do PMDB, ao lado de Ulysses Guimarães e, depois, foi também do Partido Popular, ao lado de Tancredo Neves. Era um homem de grandes ligações com o nosso saudoso Tancredo Neves. É uma honra para o governo contar com a colaboração de Thales Ramalho, um político experiente, honrado, provado pela vida pública.

Amanhã, 12 de março, é o Dia do Bibliotecário, uma das profissões que mais se desenvolve em oportunidades de trabalho e atualização técnica no Brasil. Um abraço aos bibliotecários brasileiros.

E, para finalizar, quero desejar a todos brasileiros e brasileiros felicidades, e enviar a minha mensagem de confiança no nosso país e no seu futuro. Muito obrigado. Bom dia.